

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
 CULTURA
 DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
 EDUCAÇÃO
 MEIO AMBIENTE
 SAÚDE
 TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
 TRABALHO

O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL

Tobias Miller Novaski (graduando de agronomia, UEPG, tobiasnovaski@gmail.com)

Matheus A. Correia (graduando de zootecnia, UEPG, correiamatheus47@gmail.com)

Pedro Henrique Weirich Neto (professor, Lama/UEPG)

Resumo: Com objetivos bem claros na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE proporciona aos estudantes da rede pública o crescimento, aprendizagem e alimentação adequada além de possibilitar o desenvolvimento regional sustentável através da aquisição de alimentos locais e por diretriz preferência por alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi o acompanhamento de um grupo de produtores familiares organizados para venda de alimentos através do PNAE, como método extensionista prestou-se assistência técnica na produção de olericultura e coordenação das demais fases do projeto. Durante o processo foi possível transmitir aos produtores a lógica do planejamento da produção e a importância do seu papel em produzir alimentos saudáveis às crianças. Auxiliou-se também na construção do relacionamento entre os consumidores finais e produtores. Ficou claro a falta de entendimento por parte de produtores e consumidores da complexidade burocrata do projeto.

Palavras-chave: assistência técnica e extensão rural, política pública, alimentação escolar.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se caracteriza pelo cultivo de terras, minifúndios, com uso exclusivo da mão de obra familiar combinado à diversificação da produção agrícola e de costumes culturais locais (VEIGA, 1996; ABRAMOVAY, 1998). Historicamente, em países como o Brasil, o agricultor familiar esteve marginalizado do processo de modernização agrícola agravando, na década de 70, a pré-existente concentração fundiária e desigualdade rural (HOFFMAN; KAGEYAMA, 1985). Tal modernização é caracterizada por “pacotes tecnológicos”, baseados na seleção de sementes, uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e motomecanização com foco em altos rendimentos (MAZOYER; ROUDART, 2010). Este tipo de exploração exige grande quantidade de terra e recursos econômicos, o que acabou excluindo a agricultura camponesa.

Atualmente a agricultura familiar inclui 85% dos estabelecimentos rurais, ocupa 30% das terras, responde por 38% da produção e por 77% das ocupações em atividades agropecuárias (IBGE, 2006). Além disso, contribui com 60% da produção de itens básicos da mesa do brasileiro, tais como hortaliças, feijão, arroz, milho, mandioca, leite e carne, entre outros; (IBGE, 2006).

Porém apesar de seu reconhecido potencial econômico, ambiental e social (BATISTA et al,2016; SILVA,2010) e ser elo fundamental no desenvolvimento regional e sustentável através da comercialização de alimentos locais, geração de empregos e renda; enfrenta problemas, tendo a comercialização como um dos principais limitantes (MACHADO; SILVA, 2009,).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, vem contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009). Devem ser atendidos pelo Programa alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (BRASIL,2009).

Com a promulgação da Lei nº 11.947 e da resolução nº38/FNDE, ficaram estabelecidas novas diretrizes de execução do programa. Um dos novos quesitos é que no mínimo 30%dos produtos adquiridos devem provir de produtores conceituados como agricultores familiares. Outro item interessante é que os produtos adquiridos deem ser preferencialmente orgânicos (BRASIL,2009).

OBJETIVOS

O objetivo desde trabalho é contribuir na melhoria das dificuldades dos pequenos agricultores em produzir e comercializar, para tal, realizar o planejamento produtivo e implantar técnicas alternativas de produção desenvolvidas na universidade e organização da logística de entrega dos alimentos na escolas da rede pública no município de Ponta Grossa, sendo, a ferramenta de extensão universitária como intercambio de conhecimento entre o agricultor e o extensionista.

MÉTODO

O trabalho foi realizado de agosto de 2016 a fevereiro de 2017, junto a Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária, representante do grupo de produtores rurais do pré-assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa, Paraná. Esta realizou projeto visando fornecer alimentos conforme edital da Secretaria Estadual de Educação (SEED). Tal intenção de venda passou por processo de seleção entre outras organizações levando em considerações critérios e prioridades estabelecidos em resolução do FNDE (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação), como produtos provenientes da

agricultura familiar, logística de produção e distribuição, preferência por assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, produtos orgânicos e agroecológico.

Depois de selecionado iniciou-se fase de contratação junto a SEED. O projeto contemplou seis grupos alimentícios: Hortaliças e sementes, Legumes e tubérculos, Temperos, Frutas, Panificados e Complementos (doce de fruta) a serem distribuídos em 16 escolas da rede estadual no município de Ponta Grossa.

As entregas foram estruturadas da seguinte forma:

1. O pão, a fruta e o complemento entregas quinzenais.
2. Temperos, hortaliças, legumes e tubérculos três entregas semanais no mês.

Um dia anterior à entrega os produtores realizavam a colheita dos alimentos, higienizavam e organizavam os alimentos em caixas padronizando pesos. No final da tarde após todo o processo de colheita e pós-colheita os produtores levavam ao barracão da comunidade os quais eram pesados e organizados no caminhão.

Com a posse da quantidade de alimentos e com auxílio de planilhas eletrônicas procedia-se à distribuição dos alimentos para as escolas, obedecendo-se quantidades mensais solicitadas. Neste momento eram elaboradas as notas fiscais relativas as entregas. Bem como documentação quanto ao lote de rastreabilidade quando o produto era orgânico. A distribuição dos alimentos nas escolas era realizada pelo caminhão próprio da cooperativa. Geralmente a entrega começa na segunda-feira e ocasionalmente nas terças feiras.

Após a última entrega mensal enviava a SEED a nota fiscal de venda mensal, contendo a quantidade e valor em reais total entregue de alimentos às escolas junto à segunda via das notas fiscais de venda de cada escola, com assinatura da responsável pela conferência e carimbo da escola. A SEED contabilizava e conferia as notas fiscais de venda encaminhada via cooperativa com as quantidades fornecidas pelas escolas, caso houvesse algum erro a nota fiscal retornava para cooperativa para ser corrigida para depois ser efetuado o pagamento em depósito em conta da cooperativa no prazo de até 30 dias. O pagamento aos produtores rurais era realizado pela cooperativa via depósito em conta de cada produtor conforme a quantidade entregue individual descontando 2,5 % do FUNRURAL e 15% para os custos de transporte e administração.

RESULTADOS

Nas unidades de produção familiar assistidas havia diversificação na produção de alimentos, basicamente, para consumo próprio e a olericultura apresentando a maior parte da renda familiar.

Antes da data de entrega, geralmente no primeiro dia comercial da semana, visitavam-se os produtores e realiza o levantamento, um quantitativo da produção, variedade de alimentos disponíveis para entrega como também a qualidade, após isso dividia a quantidade de alimentos de cada grupo pelo número de produtores, porém algumas vezes se o produtor não tinha determinada quantidade outros produtores cobriam.

Um das principais dificuldades encontradas entre os agricultores no início do projeto foi quanto à questão da organização e logística da produção para suprir a demanda contratada ora se havia excesso de produção, ora tinha falta de alguns produtos com qualidade superior e inferior. De posse do planejamento produtivo foi possível determinar quantidades e épocas de plantio de cada alimento, as hortaliças cultivadas apresentavam um menor ciclo de cultivo comparado algumas variedades de tubérculos, então eram semeadas quantidades próximas as requeridas em cada entrega e espaçadas ao tempo evitando a perda de alimentos no campo.

Quanto a logística de entrega a organização dos alimentos dentro do caminhão era primordial para manter a qualidade dos alimentos, visto que eram alimentos sensíveis a danos físicos e pela temperatura, as escolas localizadas na área central do município recebiam os alimentos pela manhã a fim de evitar o trânsito e agilizar as entregas.

Durante a realização da entrega na escola a responsável pela merenda realizava conferência quanto à quantidade e a aparência dos alimentos, assinava e carimbava as notas quando tudo estivesse correto e ficava com uma via para controle interno da escola. Durante esse tempo surgia o diálogo com essas pessoas sobre a aceitabilidade dos alimentos pelos alunos, dessa forma planejava-se com as merendeiras quantidades de alimentos proporcionais ao consumo.

Conforme o diálogo com as merendeiras nas escolas estabeleceu-se aproximação de produtores e consumidores. Observou-se que as merendeiras eram muitas vezes carentes de conhecimentos e compreensão sobre os desafios e imprevistos climáticos enfrentados pelo agricultor, mas com grande felicidade no relatos de suas receitas e a aceitabilidade dos alunos, além de questionamentos sobre a vida no campo.

Em relação a organização e confecção das notas fiscais os produtores apresentavam dificuldade na manipulação das planilhas eletrônicas pela falta de convivência com a informática, dessa forma, buscou construir um sistema simples, para geração das notas, que fosse possível inserir as quantidades de alimentos requeridas mensal por escola e assim podia

prever se a quantidade inserida em cada entrega atendia ao requerido ou estava em excesso, pois se houvesse excesso do máximo permitido por escola o pagamento não era efetuado sendo esse problema constantemente enfrentando pelos produtores antes do sistema.

Pode-se diagnosticar que os programas instrucionais de compra direta, é importante ferramenta para a manutenção das famílias no campo, pois possibilita renda e a venda direta produtor e consumidor sem a presença do atravessador, no entanto, o produtor familiar ainda carece de técnicas de cultivos condizentes com sua realidade e maior conhecimento em formas de acessar esses e novos mercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso do agricultor familiar a mercados institucionais é essencial para o desenvolvimento sustentável regional, gera renda e possibilita aos estudantes da rede pública alimentar-se com produtos frescos, saudáveis e produzidos localmente. Com planejamento de produção e aplicação de técnicas alternativas foi possível minimizar perdas de alimentos no campo. Mediante o auxílio de planilhas eletrônicas, para gerar notas, resultou em logística mais eficiente, pois combinou praticidade e agilidade na entrega dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. Campinas: Ed. Hucitec; Ed. Unicamp, 1998.

BATISTA, Lucimar Miranda Guimarães Et al. **Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde**. V 25, ano 2. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União 2009; 17jun.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Diário Oficial da União 2009; 17 jun. Maluf RS. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. [Periódico na Internet]. 2011. [acessado 2011 jul 13]. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_172.pdf.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A.A. **Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico, 15(1):171-208, abril de 1985.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **A história das agriculturas no mundo: Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010. 568 p.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.